

MANIFESTO ELEITORAL DO MRPP

MANDATO POPULAR



1. A RAZÃO

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), ao virem reclamar, para si e para o seu Partido, a confiança e o voto do povo nas eleições a que se propõem para as autarquias locais e a realizar no próximo dia 12 de Dezembro, fazem-no conscientes da pesada responsabilidade política que assumem perante esse mesmo povo, mas convictos também de que esse é o mandato imperativo, imposto à sua consciência de cidadãos e trabalhadores revolucionários pela situação degradante e calamitosa em que vive – se a isso se pode chamar viver! – a imensa maioria das famílias trabalhadoras do nosso país, esmagadas pelo desemprego, pela vida sempre mais cara, pela doença, a fome e a miséria.

Côncios da responsabilidade em que se constituem e de quais sejam efectivamente os legítimos interesses e as justas aspirações do povo – jamais realizadas, convém frisar a despeito das mil e uma promessas demagógicas dos sucessivos governos e de todos os políticos e partidos governamentais oportunistas e traidores –, os candidatos do MRPP estão firmemente decididos a baterem-se pelas reivindicações das classes trabalhadoras e a lutarem pela satisfação dos seus anseios a uma vida nova, digna de ser vivida, numa sociedade sem exploradores nem opressores.

A nossa determinação de servir e lutar em defesa do povo é encorajada pelas gloriosas tradições de luta do nosso povo trabalhador e é fortalecida pela convicção em que nos encontramos de que o programa político, com que nos submetemos ao sufrágio popular, contém uma solução justa e precisa para os problemas, muitas vezes dramáticos, nos quais o povo se debate.

Tal é a razão da nossa candidatura; a razão do seu mandato popular; e, no fundo, a razão do vosso voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular!**

2. OS PRINCÍPIOS

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) – em cujas listas se inclui um bom

número de homens e mulheres sem partido, mas desejosos de participar no movimento popular ao lado do nosso Partido e honrando-o com a sua confiança nele – pretendem deixar bem expresso que o seu programa político não se destina a contentar gregos e troianos, a estar bem com Deus e o Diabo e a pesar com o mesmo peso os explorados e os exploradores.

Para defender conseqüentemente o povo, é preciso atacar sem desfalecimento os inimigos do povo e derrubá-los: é preciso derrubar o sistema de exploração e o poder político dos latifundiários e grandes agrários, dos monopólios nacionais e estrangeiros, dos velhos e dos novos fascistas e dos governos e partidos que, com mais máscara ou menos máscara, no fundo só a eles representam.

Ao invés desses partidos, os candidatos do MRPP

- defendem e apoiam com todas as suas forças a luta da nossa gloriosa classe operária pela aplicação imediata da semana das 40 horas, pela conquista do pão para si e para os seus filhos, pela melhoria das condições de vida e de trabalho e por uma sociedade nova sem exploração do homem pelo homem;
- apoiam e defendem sem ambigüidades a luta dos assalariados rurais contra a exploração e opressão latifundiárias, sustentando que a terra é de quem a trabalha e que o movimento dos proletários do campo saberá escorraçar do seu seio todos os oportunistas e traidores, candidatos a novos-patrões;
- defendem e apoiam com determinação o povo pobre dos nossos bairros e as suas justas aspirações a uma existência e habitação condignas;
- apoiam e defendem sem tergiversar a luta dos pescadores contra a escravidão assalariada, contra os velhos Tenreiros fascistas e os novos Tenreiros social-fascistas e contra a usurpação das nossas riquezas marítimas pelos imperialistas e social-imperialistas, postulando a aplicação imediata do princípio das 200 milhas de mar;
- defendem e apoiam com decisão a luta dos 500 000 homens e mulheres sem trabalho, lançados fora das fábricas e dos campos e morrendo lentamente na mais extrema das misérias;
- apoiam e defendem sem equívocos a luta dos camponeses pobres e dos pequenos e médios camponeses,

dos seareiros e rendeiros, contra a exploração dos latifundiários e terratenentes, contra a opressão da burocracia estatal, a ausência de crédito agrícola barato, a inexistência de preços fixos e compensadores para os principais produtos agrícolas e a usurpação dos resultados do seu trabalho pela sangria da renda e do imposto;

- defendem e apoiam com firmeza a luta dos soldados e marinheiros e outros militares progressistas contra o militarismo fascista, as arbitrariedades da oficialagem e pela salvaguarda das liberdades e direitos democráticos dos filhos do povo na tropa, incluindo a liberdade de expressão e o direito de organização;
- apoiam e defendem sem sofismas a completa e efectiva igualdade de direitos para a mulher trabalhadora, o princípio do salário igual para trabalho igual e o combate, dum enorme alcance histórico, que travam as mulheres trabalhadoras contra as duas opressões e as duas escravidões;
- defendem e apoiam com resolução a luta, que é de todo o povo, pelo regresso dos nossos emigrantes, opondo-se a que continuem a ser tratados como portugueses de 2.^a e mealheiros dos capitalistas;
- apoiam e defendem sem tibiezas a luta de centenas de milhares de empregados e outros trabalhadores contra a crescente exploração a que são submetidos; bem como as camadas pobres e médias dos funcionários públicos e funcionários administrativos nas suas lutas democráticas e no combate pelo reforço da sua organização, designadamente sindical;
- defendem e apoiam com entusiasmo e a maior solicitude a luta da juventude estudantil e dos professores progressistas por um Ensino ao serviço do povo e uma Escola amplamente aberta aos filhos dos trabalhadores;
- apoiam e defendem sem abandono a luta de toda a intelectualidade progressista e revolucionária, contra o obscurantismo e a agressão cultural e ideológica do imperialismo e do social-imperialismo e ainda os esforços dessa intelectualidade para preservar os nossos valores culturais democráticos e patrióticos e ajudar a erigir uma Cultura Nova, ao serviço do povo e da revolução;
- defendem e apoiam com vigor a luta dos pequenos comerciantes e dos pequenos industriais contra a rapina que lhes movem os monopólios e a ruína para onde os precipitam a asfixia fiscal, a inflação, o empolamento dos juros e das dívidas, a concorrência imperialista e social-imperialista e a política monopolista dos governos do grande capital (estatizado ou não);
- apoiam e defendem, sem se deixarem tolgem por apreciações demagógicas, a luta dos retornados pobres, vítimas do colonialismo revisionista soviético e da incapacidade e incúria de sete governos provisórios.

Em suma, os candidatos do MRPP submetem-se ao sufrágio de 12 de Dezembro, no intuito de defenderem e apoiarem as lutas e as aspirações dos que vivem do seu trabalho, e na disposição férrea de, juntamente com eles, combaterem os parasitas que vivem do suor e trabalho alheios.

Tais são os princípios que animam a nossa candidatura; os princípios que enformam o seu mandato popular e, na verdade, os princípios do vosso voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular!**

3. A POLÍTICA

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) estão perfeitamente cientes — e fazem questão de o salientar a fim de que a consciência do povo se robusteça na verdade e não se amoleça na demagogia e no oportunismo — de que aqueles justos princípios populares, por que nos norteamos e batemos, não podem ser alcançados dum golpe, mas sim através dum luta dura, sinuosa e prolongada.

Nesse sentido, a participação unida do nosso Partido e do povo na luta em curso pelas autarquias locais é, fundamentalmente, a participação necessária numa das muitas batalhas que o povo terá de travar no caminho da sua própria emancipação e libertação.

Mas uma batalha política de grande importância e significado, na actual situação e nas actuais circunstâncias. Trata-se de saber se o povo vai deixar, como tem acontecido até agora, que os seus inimigos burgueses falem em nome do povo, escolham em seu nome e em seu nome tomem as decisões mais arbitrarias e anti-populares; ou se, ao contrário, o povo vai ousar falar com a sua própria boca, atrever-se a eleger os seus legítimos e fiéis representantes

e garantir, assim, a aplicação dum política popular justa.

É precisamente porque teme que o povo ouse levantar-se, se atreva a pensar e a falar e se disponha a transformar estas eleições numa batalha pela sua emancipação política, que o governo do dr Mário Soares tem feito insistentemente saber que não desejaria, nesta altura, "uma campanha eleitoral política"...

Naturalmente, as vozes do dr Mário Soares não chegam ao céu; mas o que elas, no fundo, traem e revelam é que ele não está, de maneira nenhuma, interessado em que o povo desmascare abertamente esse governo falsamente socialista, o chame a capítulo e lhe pergunte, de norte a sul do país, onde está a realização das promessas demagógicas do dr Soares e do partido dito socialista, à cerca do "pão", da "reconstrução nacional" e do "bem-estar do povo" tão prodigamente esbanjadas nas campanhas eleitorais anteriores — essas sim, desejavelmente políticas! — quando o dr Soares e o seu partido estavam fora do governo (leia-se, fora do tacho, das luvas do orçamento e da maquia dos impostos) ou em minoria no interior dele.

Ou será que para o partido e o governo do "socialismo em liberdade", tal como antigamente para os governos fascistas de Salazar e Caetano, as eleições deixaram de ser coisas políticas, passaram a ser coisas "cívicas" como o passeio no Chiado, e o povo não pode ou não deve já falar mais de política?

Ou será que os chamados problemas locais, do âmbito da freguesia e do concelho, não são problemas efectivamente políticos e indiscutivelmente importantes? É que, em boa verdade, não há problemas nacionais que não tenham manifestações e reflexos directos ao nível local, assim como não há problemas que possam ser algum dia resolvidos fora do quadro dum solução geral nacional, política portanto. Se os trinta e um meses decorridos depois do 25 de Abril ensinaram alguma coisa ao povo — e ensinaram-lhe efectivamente muito — foi que não há nenhum problema do povo, dos locais aos nacionais, dos grandes aos pequenos e dos pequenos aos ínfimos, que não seja um problema político, reclamando um exame político e postulando uma solução política de classe.

Como, então, querer uma campanha "apolítica"? Não tem sido esse o desejo manifesto de todos os fascistas, de todos os tachistas, de toda a canalha cunhalista, dos caciques que querem conservar a todo o custo os seus lugares no Estado, dos inimigos do povo aboletados à mesa do orçamento? Sem dúvida que tem sido — e o povo conhece já tanto essa lenga-lenga, como os interesses rapinantes dos seus autores.

Mas, enquanto o partido do governo, já desmascarado na sua prática política e crescentemente isolado nestes quatro meses de Ministério, pretende umas eleições "apolíticas", outros partidos, também igualmente desmascarados aos olhos do povo, por tudo o que de reaccionário fizeram e deixaram fazer ou de fazer querem uma "campanha apartidária"...

É o caso da famigerada "frente eleitoral povo unido" o pseudónimo mais recente do partido social-fascista de Barreirinhas Cunhal — o P"C"P. Enquanto o nosso povo ainda não conhecia bem a verdadeira face do P"C"P, a tropa de Barreirinhas Cunhal apareceu, em todas as eleições fascistas dos tempos de Salazar e Caetano, a reclamar as "amplas liberdades" e o direito fundamental de "constituição de partidos políticos". Porém agora, que os partidos podem existir e revelar-se à luz do dia, a mesma tropa fandanga, rompida por todas as costuras a sua máscara "socialista" e "democrática" vê-se obrigada a esconder o seu próprio partido atrás da cortina de fumo dum "frente eleitoral" pretensamente "apartidária"...

Não é isso uma demonstração iniludível de que os social-fascistas temem o povo, estão contra ele e procuram esconder a sua nudez reaccionária com a folha de parreira da "FEPU"?

Esconder os oportunistas de todos os matizes é também a função dos GDUPs do sr Otelo Saraiva de Carvalho, atrás do qual se oculta um verdadeiro jardim zoológico da política. Uma babelónia de partidos e grupúsculos, os gdupelhos, temerosos da luz do dia e de assumir as suas responsabilidades políticas de partidos perante o povo, perfila-se à retaguarda da ridícula marioneta política que comandou o defunto COPCON.

O "programa" económico e político destes anarquistas, radicalistas e bombistas resume-se e contém-se numa só frase, que é a aliteração verbal do velho manguito lusitano: "Os ricos que paguem a crise"... Se estas palavras acéfalas, e quase pornográficas, têm algum sentido, é o de que os capitalistas podem e devem continuar a existir contanto que paguem a crise; e que a crise pode e deve continuar a viver contanto que os capitalistas a paguem...

Porém, como crise e capitalismo são uma e a mesma coisa; como é da essência da crise que o povo é que a sofre e paga; como o povo sofre e é explorado pelo capitalismo, mesmo nos períodos em que a crise não se manifesta — segue-se que esta gente guedelhuda, apesar da verborreia que a caracteriza, constituiu-se na mais estrénuo defensora política do capitalismo e da crise. “Os ricos que paguem a crise” é um “programa” que tem, ao fim e ao cabo, o mesmo valor “científico” e o mesmo resultado prático numa oração a Santa Bárbara num dia de raios e coriscos.

Tão pouco deve o povo deixar-se iludir pelos “democratas” da última hora, porque eles ocultam, sob o verniz da frase “democrática” a sua verdadeira natureza de aves de rapina. Eles irão, inevitavelmente, apresentar-se a estas eleições para as autarquias locais com os consabidos “programas tecnocráticos”, defendendo a “eficácia” das soluções, a “viabilidade” dos projectos e a “competência” dos técnicos e dos doutores — o que é a sua forma preferida de chamar “incapaz”, “estúpido” e “ignorante” ao povo, de quem pretendem todavia caçar os votos... São velhos charlatães políticos, já instalados nos ministérios, nas juntas e nas câmaras, onde nada, que servisse o povo, até hoje realizaram, embora arranjam sempre maneira de lançar as culpas e as responsabilidades para cima dos parceiros. Tal é o caso dos partidos CDS e PSD.

O partido do Centro Democrático Social — que surge frequentemente associado a um aborto político nauseabundo, chamado P“C”P (“m-l”)/AOC — é o partido dos latifundiários, dos grandes agrários, dos roceiros colonialistas e dum sector dos monopólios imperialistas, no seio do qual, à volta do qual e atrás do qual partido se agacham os fascistas do antigo regime, à espera de melhor oportunidade para saltarem sobre as nossas costas. Assim como o Partido Social-Democrata — que também já se viu forçado a abandonar a farsa do termo “popular” que engastara no nome — é um partido dos capitalistas que, apesar de certas veleidades à “independência nacional” nenhuma política justa de princípio pode defender para o nosso povo.

O povo português tem uma rica tradição de luta e uma relativamente grande experiência política, que deve pôr plenamente em jogo nas presentes eleições para as autarquias locais e na escolha dos seus candidatos, os candidatos do MRPP.

Todos os governos que o povo português conheceu nestes últimos cinquenta anos — todos os governos de Salazar de Caetano, de Palma Carlos, de Vasco Gonçalves, de Pinheiro de Azevedo e de Mário Soares; todos os governos da UN, da ANP, do P“C”P, do PSD e do P“S” — têm de característico comum o facto de que, debaixo deles, a situação e a vida do povo não só não melhorou numa vírgula, como se foi agravando e piorando sempre; que todos, em todas as alturas e particularmente nos momentos de crise e nos períodos eleitorais, prometeram mundos e fundos, sem que uma só vez tenham cumprido uma única das suas promessas e ao arrecadar dos votos dos eleitores, vieram sempre “explicar” às massas a necessidade de tomarem “medidas anti-populares” em nome dos “sagrados” interesses da “nação” e do “país”

Todavia, nem um só desses governos, nem um único desses partidos, nem apenas um desses políticos algum dia considerou que era preciso tomar, ou tomou, **as medidas populares, medidas contra os inimigos do povo, medidas contra os seus exploradores.** Naturalmente, isto é assim, porque todos esses governos (sem excepção), todos esses partidos (sem excepção) e todos esses políticos (sem excepção) são inimigos ou falsos amigos (o que vem a dar no mesmo) do povo, e amigos ou falsos inimigos (o que vem ainda a dar no mesmo) dos capitalistas e dos exploradores.

Os candidatos do MRPP consideram que a situação de crise aguda que o nosso país atravessa, de bancarrota económica iminente, de carestia de vida, de desemprego e de miséria para o povo não se compadece com paliativos nem demagogias, mas exige medidas práticas urgentes. soluções profundas e radicais, medidas **políticas** exclusivamente **populares.** Medidas que sirvam o povo, que vão ao encontro das aspirações de mais de noventa por cento da população portuguesa e que, naturalmente, vão contra os interesses estabelecidos da pequena minoria de exploradores e opressores.

Medidas políticas susceptíveis de libertar a capacidade criadora do povo trabalhador, de galvanizar as suas energias para a luta, de mobilizá-lo para tomar o seu destino em suas próprias mãos. Medidas que terão de consistir fundamentalmente:

- na expropriação das terras dos latifundiários e grandes agrários e na sua entrega aos assalariados rurais e aos

camponeses pobres (lembramos que as explorações agrícolas com mais de 50 hectares representavam apenas 12 por cento do total das explorações existentes, antes do 25 de Abril, e que ocupavam mais de metade de toda a área cultivada);

- na nacionalização de todos os monopólios estrangeiros (da Timex à Aminter), e bem assim na confiscação da propriedade dos capitalistas portugueses que sabotem a produção e boicotem a aplicação do Plano;
- no inventário de todas as riquezas nacionais, na sua utilização planeada para servir os interesses dos trabalhadores e na definição do princípio de que o povo português deve basear-se nas suas próprias forças;
- na planificação e controlo de toda a produção pelos trabalhadores (operários, camponeses e técnicos);
- na planificação e controlo de todo o consumo pelos trabalhadores, através das suas organizações populares;
- na criação dum banco nacional único e controlo do sistema bancário (reservas, depósitos e crédito) pelos órgãos que exprimam a vontade do povo trabalhador;
- na aplicação imediata da semana das 40 horas;
- no inventário da força de trabalho nacional, planeamento da sua aplicação e controlo pelos próprios trabalhadores, e na instituição do sistema do trabalho obrigatório para todos;
- na aplicação duma política que tome a agricultura como base e a indústria como o factor dirigente;
- na fixação de preços agrícolas compensadores e estáveis; no controlo dos preços e na eliminação da inflação;
- no auxílio aos pequenos camponeses, comerciantes e industriais, estimulando a entre-ajuda e a cooperação, bem como na salvaguarda dos interesses dos médios empresários democratas e patriotas;
- na aplicação de medidas severas e exemplares contra os sabotadores, os açambarcadores, os especuladores e a corrupção.

Tal é a política que preside à nossa candidatura; a política que norteia o seu mandato popular e, na realidade, a política do vosso voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular!**

4. O PROGRAMA

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) estão persuadidos de que o povo conhece bem a verdadeira natureza das autarquias locais, cuja existência, actuação e burocracia sempre constituíram um dos instrumentos mais penosos da exploração e opressão das massas trabalhadoras.

Nos anos das camarilhas salazarista e marcelista, os regedores, as câmaras e as juntas foram para os operários, os camponeses e todo o povo trabalhador os tentáculos dum polvo imenso que os manietava e sugava, através das licenças e do papel selado, dos impostos e dos fiscais, dos polícias e dos caciques, dos calabouços e das multas.

Apesar de todas as esperanças em contrário, o papel das autarquias locais, relativamente ao povo, não se alterou substancialmente depois do golpe de estado militar do 25 de Abril. Os diversos partidos burgueses, do CDS ao P“C”P, tomaram de assalto juntas e câmaras, defenderam ferozmente a permanência desses instrumentos tais como o fascismo os tinha deixado, e passaram a servir-se deles em seu proveito e contra o povo, continuando a rapiná-lo e a oprimi-lo.

Foi por isso que, em muitos lugares, o povo criou e pôs de pé, ao lado das câmaras e das juntas e contra elas, um outro tipo de órgãos locais, embriões dum novo poder popular, sem burocratas nem parasitas, sem fiscais nem calabouços, sem multas nem impostos, mas incomparavelmente aptos a exprimir as reivindicações e o querer das massas: os órgãos de vontade popular, materializados nas comissões de moradores, comissões de bairro, de aldeia e assembleias populares.

Sem prejuízo da defesa e salvaguarda dos órgãos de vontade popular — que, quando dirigidos por uma política correcta e limpos de oportunistas e traidores social-fascistas, são uma arma fundamental do movimento popular — os candidatos do MRPP estimam que, quaisquer que sejam os limites reais, as assembleias municipais e de freguesia e as câmaras municipais, se nas mãos do povo e preenchidas pelos seus genuínos representantes, podem constituir-se, nas presentes circunstâncias, em importantes alavancas no fortalecimento da unidade popular e no desenvolvimento da sua consciência e capacidade de luta.

Tudo está em saber quais os princípios, a política e o programa, qual o **mandato popular**, que o povo deve impor aos seus candidatos e cujo cumprimento lhes deve escrupulosamente exigir

Nesta perspectiva, os candidatos do MRPP submetem ao sufrágio popular de 12 de Dezembro o seguinte PROGRAMA DE ACÇÃO para as autarquias locais, o qual programa se deve entender no âmbito dos princípios e como instrumento da política acima definidos.

1. SERVIR O POVO

Os candidatos do MRPP orientarão toda a sua actividade nos órgãos das autarquias locais, para onde venham a ser eleitos, pelo princípio de servir o povo e combater os inimigos do povo.

Tudo pelo povo, nada contra o povo!

2. CONTROLO POPULAR

Os candidatos do MRPP desejam assumir plenamente as suas responsabilidades políticas, pelo que incentivarão que a sua acção, nas autarquias e fora delas, seja objecto de vigilância e controlo pelas massas populares, às quais procurarão consultar amiúde, escutar atentamente e suscitar a sua activa participação, instituindo o sistema de reuniões com o povo e de assembleias populares deliberativas, por forma a que haja a mais ampla colaboração na definição dos caminhos a seguir e na execução dos projectos gizados.

É preciso criar uma situação em que a burocracia e a opressão, estruturais nos órgãos autárquicos, sejam firmemente combatidas e não paralizem as exigências e reivindicações dos trabalhadores e o desenvolvimento da prática da democracia.

Pelo controlo do povo sobre a acção das autarquias!

3. PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA

Os candidatos do MRPP sabem, e todos os trabalhadores têm disso uma profunda experiência, que, sem a tomada do poder político pelo povo, não haverá nunca nem verdadeira liberdade nem autêntica democracia para o povo. As "amplas liberdades" burguesas, consignadas designadamente na Constituição, não passam, na prática, duma declaração fraudulenta dos capitalistas, porquanto não são asseguradas às massas — e são-lhes mesmo negadas — as condições políticas, económicas, materiais e concretas da sua realização.

Que significação tem falar do "direito à vida", quando os reformados morrem à míngua, as crianças sem assistência e os doentes sem tratamento? Que sentido tem consignar-se o "direito ao trabalho" quando há meio milhão de desempregados e outro meio milhão de retornados sem emprego? Que significado tem postular-se o "direito à livre expressão do pensamento", quando a rádio não transmite a voz do povo, os jornais não a escutam e as salas de reuniões, o papel e as tipografias lhe são escamoteadas?

Os candidatos do MRPP tudo farão, sendo eleitos, para dar a palavra ao povo e às suas organizações democráticas, pondo inteiramente à sua disposição, gratuitamente, sem entraves nem burocracias, todos os meios políticos e materiais disponíveis para que o povo faça ouvir a sua voz e possa exprimir os seus pontos de vista e as suas exigências. E lutarão denodadamente para que se instaure entre o povo uma situação democrática, de respeito e livre discussão das diversas opiniões das massas e de repúdio das práticas e métodos terroristas fascistas e social-fascistas.

Liberdade e democracia para o povo!

4. APOIO AOS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR

Os candidatos do MRPP apoiarão firmemente a acção dos órgãos de vontade popular, nomeadamente a actividade e planos das comissões de moradores, comissões de bairro, conselhos de aldeia e assembleias populares; manterão com eles uma colaboração estreita, consultando-os, anotando as suas reivindicações, apoiando-as materialmente, aceitando o seu conselho e suscitando o controlo sobre a própria actividade dos órgãos autárquicos.

Neste espirito, juntarão às do povo as suas forças para escorraçar os oportunistas e traidores que se acoitem nos órgãos de vontade popular.

Apoio firme aos órgãos de vontade popular!

5. PELA UNIDADE DO POVO

Os candidatos do MRPP promoverão a entre-ajuda e a cooperação no seio do povo trabalhador, fomentando, estimulando e apoiando as iniciativas populares nesse sentido,

e lutarão contra os oportunistas e as ideias divisionistas que os inimigos do povo procuram espalhar entre as massas.

Sem uma forte unidade, assegurada por uma forte organização e baseada nos interesses genuínos do povo e na defesa dos princípios populares, o povo nada terá.

Unidade, luta, vitória!

6. A LUTA PELO PÃO

Os candidatos do MRPP denunciarão todas as medidas anti-operárias e anti-populares do governo e do Estado, designadamente a sua política económica e salarial, que tem sido boa para os monopólios e para os imperialistas e social-imperialistas, mas que tem sido de bancarrota para a nação, de ruína para o país e de miséria para o povo.

Os candidatos do MRPP entendem que a luta contra a carestia de vida, contra o desemprego e pelo pão deve ser organizada também no âmbito das autarquias, particularmente nos bairros pobres e nas grandes concentrações operárias, e deve ter o apoio inequívoco dos órgãos autárquicos, se estes verdadeiramente estiverem preenchidos por mandatários do povo.

Contra a carestia! Contra o desemprego! Em frente na luta pelo pão!

7 POR UMA HABITAÇÃO CONDIGNA

Os candidatos do MRPP conclamarão o povo e mobilizarão todos os esforços para uma luta tenaz em defesa do direito dos trabalhadores a uma habitação condigna e barata — coisa que o Estado dos capitalistas sempre lhes tem negado, não está interessado em resolver nem resolve.

Sem prejuízo da elaboração de planos e de medidas de luta para exigir do Estado e do Governo uma solução de fundo para este problema, os candidatos do MRPP orientarão também a sua acção para a batalha da melhoria imediata das condições de habitabilidade nos bairros pobres, cujo povo não vai ficar à espera de que, em nome das "grandes soluções" não se tome nenhuma solução.

Os candidatos do MRPP porão a nu as fraudes, roubos e especulações que têm sido feitos com os terrenos camarários, incluindo a denúncia do nome dos especuladores e dos montantes das especulações, e adoptarão logo medidas contra a burocracia e as peias municipais, relativamente à construção de habitações para o povo.

Os candidatos do MRPP denunciarão e combaterão sem tréguas os chamados "planos de urbanização" capitalistas que são, simultaneamente, uma fonte organizada de roubo e especulação, de expulsão dos trabalhadores para fora da cidade, de criação de bairros de lata e de liquidação de qualquer tipo de construção de habitações para o povo. Em contrapartida, os candidatos do MRPP elaborarão planos de urbanização, tendo primacialmente em vista os interesses do povo trabalhador colocando os terrenos municipais e autárquicos, juntamente com outros a expropriar aos capitalistas, ao serviço da edificação de habitações de renda económica e de substituição acelerada dos bairros de lata, das "vilas" e favelas.

Os candidatos do MRPP estão contra, e combaterão, a política governamental de desalojamento do povo das casas que foram ocupadas; estão contra, e combaterão, o projecto do actual governo de descongelar as rendas de casa; e defendem que o Estado deve confiscar as casas que os capitalistas têm a mais e colocá-las imediatamente à disposição dos trabalhadores, para serem habitadas mediante renda compatível com os seus salários.

Por uma habitação condigna e barata!

8. A QUESTÃO DAS CONCESSÕES E DOS SERVIÇOS AUTÓNOMOS

Sendo eleitos, os candidatos do MRPP submeterão a uma completa revisão todas as concessões efectuadas pelas autarquias a empresas e capitalistas particulares, porquanto essas concessões, duma maneira geral, não servem o povo nem têm em atenção os seus interesses, e foram quase sempre o produto da corrupção dos altos funcionários administrativos, do compadrio e nepotismo dos dirigentes autárquicos, do mesmo modo que são uma fonte de enriquecimento e lucros fabulosos para os concessionários.

Relativamente às actividades produtivas integradas em serviços autónomos municipalizados, os candidatos do MRPP reestruturá-los-ão, tendo em vista a melhoria do serviço público cujas necessidades visam satisfazer, a participação dos utentes na sua gestão, e o controlo dos trabalhadores desses serviços sobre a produção.

Pelo controlo do povo sobre a produção!

9. A QUESTÃO DOS BALDIOS

Os candidatos do MRPP condenam a política de usurpação dos baldios ao povo — política iniciada pelos governos fascistas, prosseguida pelos governos provisórios e mantida pelo governo constitucional — entendendo que os baldios e outros terrenos comuns nas mesmas condições devem ser integralmente restituídos ao povo e colocados sob a administração de comissões ou juntas populares eleitas.

Os baldios são do povo!

10. A QUESTÃO DOS ABASTECIMENTOS

Os candidatos do MRPP estão decididos a chamar o povo e a mobilizá-lo para a organização e controlo dos abastecimentos e consumo, particularmente nesta altura em que a escassez de produtos de primeira necessidade é um facto generalizadamente sentido pelos trabalhadores e uma das manifestações mais penosas da bancarrota económica e da exploração capitalista.

Os candidatos do MRPP entendem que o povo deve mover uma luta implacável contra a exploração de que é vítima e, desde já, contra os intermediários e toda a espécie de açambarcadores e especuladores, os quais, devemos salientar, têm a sua protecção e o exemplo na especulação e no açambarcamento promovidos pelos próprios organismos governamentais.

Os candidatos do MRPP esforçar-se-ão por que o povo organize a sua luta e autodefesa económicas e, designadamente, edifique cooperativas de consumo, de crédito e de habitação, como forma de fazer imediatamente face às dificuldades e problemas mais prementes.

Pelo controlo do povo sobre o consumo!

11. APOIO À MULHER TRABALHADORA

Os candidatos do MRPP, atenta a situação em que vive e luta a mulher trabalhadora, duplamente explorada e oprimida, entendem que os órgãos eleitos das autarquias locais devem decididamente apoiar as justas lutas das mulheres trabalhadoras e dedicar um especial cuidado à criação das condições materiais que lhe permitam uma participação completa na vida política e na resolução dos negócios do povo.

Nomeadamente no que concerne às actividades de assistência, as autarquias devem proceder à instalação de equipamentos sociais destinados a subtrair a mulher trabalhadora às acabrunhantes actividades domésticas e a garantir-lhes um apoio organizado na maternidade e na educação, tratamento e cuidado das crianças, designadamente através da criação de creches e infantários populares.

12. APOIO À TERCEIRA IDADE E AOS DEFICIENTES

Em comparação com a população da maior parte dos países, a população portuguesa é uma população envelhecida. Por exemplo, em 1973 havia 1 268 000 homens e mulheres com mais de sessenta anos de idade, dos quais cerca de metade tinha mesmo mais de setenta anos.

Acontece que apenas um quarto destas pessoas auferia pensão de velhice — mesmo assim uma esmola humilhante e miserável, como todos os reformados sabem. Quer dizer que perto de um milhão delas não recebia qualquer pensão.

No que respeita aos deficientes e conforme tem sido repetidamente denunciado, entre outras instituições, pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a situação é igualmente calamitosa.

Os candidatos do MRPP entendem que as autarquias locais não só devem apoiar a luta das pessoas idosas por uma vida condigna e a luta dos deficientes pela sua reintegração social, como devem elas próprias tomar medidas para que, no seu âmbito territorial, seja encontrada uma solução imediata e urgente para os problemas destas camadas do povo.

É que os velhos também são gente e, quanto aos deficientes, a sociedade é que verdadeiramente está deficiente.

13. ÁGUA E ELECTRICIDADE

Promover o abastecimento de água e de electricidade ao povo é uma das tarefas das autarquias locais. Porém, as câmaras e as juntas ou não se desempenham dessa incumbência, ou, quando se desempenham, é na mira de obter lucros chorudos e explorar cada vez mais o povo — jamais de o servir. Por exemplo, em 1970 (data a que se referem os últimos números conhecidos), 60% da população portuguesa não tinha água canalizada e 37% não tinha electricidade. Entretanto, as empresas e serviços

municipalizados de distribuição de água e electricidade realizaram lucros fabulosos.

Ademais da água e electricidade para uso doméstico, existe ainda o problema da água e electricidade destinadas à produção, necessidade e exigência dos camponeses pobres e outras camadas do povo trabalhador

Os candidatos do MRPP estimam que as autarquias locais, quando constituídas por autênticos mandatários do povo, devem encabeçar uma luta tenaz para transformar esta situação.

Pelo bem-estar do povo!

14. TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS

Quanto ao trânsito, tem progredido aceleradamente em matéria de engarrafamentos, mortes e acidentes; e quanto aos transportes públicos têm-se desenvolvido muito, mas em questão de preços de bilhetes. As únicas medidas do Estado e das autarquias têm sido no sentido de agravar continuamente esta situação.

Os candidatos do MRPP chamam a atenção para o facto de que as questões do trânsito e dos transportes públicos são uma boa demonstração de que os governos e órgãos capitalistas não conseguem resolver nem sequer a mais simples das manifestações da anarquia, da irracionalidade e da desordem da sociedade capitalista. Só a luta do povo pode impor que de imediato sejam adoptadas medidas que salvaguardem a sua segurança e melhorem as suas condições e a qualidade do serviço de transportes, assim como só a luta dos trabalhadores pode impor um travão ao encarecimento constante dos preços dos bilhetes.

15. EDUCAÇÃO E ENSINO

Os candidatos do MRPP defendem que as juntas de freguesia e câmaras municipais devem elaborar planos precisos para erradicar completamente o analfabetismo no âmbito das suas circunscrições e melhorar a instrução básica dos trabalhadores, através dum movimento de massa voluntário, com cursos e escolas populares, organizadas pelo próprio povo e orientadas pelos seus elementos mais instruídos.

Os candidatos do MRPP lutarão por que seja dado apoio material aos filhos dos trabalhadores que desejem melhorar os seus conhecimentos e prosseguir o seu estudo.

16. CULTURA E ARTE

Os candidatos do MRPP apoiarão todas as iniciativas que visem salvaguardar, desenvolver e divulgar os valores culturais e artísticos democráticos do nosso país e do nosso povo, do mesmo modo que combaterão a agressão dos imperialistas e social-imperialistas também nos domínios da cultura e da arte.

Para além daquele apoio e deste combate, os candidatos do MRPP elaborarão um programa de realizações culturais e artísticas a levar a efeito regularmente junto do povo trabalhador. promoverão o intercâmbio entre organizações culturais e artísticas democráticas e populares; estimularão a criação de organismos e associações de cultura e arte; reverão a política dos subsídios actualmente concedidos pelas autarquias, retirando os que porventura tenham sido dados a organismos fascistas e social-fascistas; e examinarão as condições em que estão a ser usadas as salas e outros equipamentos autárquicos adstritos ao trabalho da cultura e da arte.

Por uma cultura e arte novas e para as massas trabalhadoras!

17. SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Os candidatos do MRPP lutarão para que as autarquias locais, por onde venham eventualmente a ser eleitos, sejam dotadas dos organismos que permitam prestar assistência e tratamento ao povo dessas circunscrições.

Relativamente aos organismos e instituições já existentes (lares, albergues, postos médicos, hospitais locais, etc.) trata-se de melhorar os seus serviços e organizar a gestão deles pelos próprios trabalhadores sob controlo do povo das autarquias.

18. DESPORTO E ACTIVIDADES RECREATIVAS

Os candidatos do MRPP, defendendo que a educação física e o desporto exercem um papel muito importante na vida e na saúde das massas trabalhadoras, opõem-se à política seguida pela classe dominante de usar o desporto, a educação física e as actividades recreativas para suscitar divisões no seio do povo, a fim de mais facilmente o oprimir e explorar

Combatendo o desporto para elites e a competição

a todo o custo, os candidatos do MRPP entendem que o fundamental é promover e organizar o desporto e a educação física para servir a saúde e a robustez das amplas massas populares e desenvolver entre elas uma forte amizade, unidade e solidariedade.

Nesse sentido, os candidatos do MRPP apoiarão a actividade dos clubes e associações desportivas pequenas e pobres e incentivarão o povo e particularmente a sua juventude a associarem-se e a cooperarem para a prática dum desporto que sirva efectivamente as amplas massas e a sua luta contra os exploradores.

19. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Segundo o recenseamento da habitação, efectuado em 1970, 61% da população do país não dispunha de nenhum sistema de recolha de lixos, 83% não tinha acesso a qualquer tipo de esgotos, 40% não dispunha de quaisquer instalações sanitárias e 23% não tinha nem água, nem luz, nem sanitários, nem casa de banho. Estes índices atingem níveis inacreditáveis particularmente nos concelhos rurais.

É claro que a situação actual não modificou substancialmente os dados de há meia dúzia de anos, pese embora o rio de promessas dos governos e dos partidos oportunistas. Uma tal situação constitui apenas mais uma demonstração da opressão e exploração das massas trabalhadoras pela classe dos capitalistas e dos latifundiários.

Os candidatos do MRPP pensam que com a mobilização do povo se pode impor pela luta uma modificação desta realidade e uma melhoria da vida do povo, mas que, como em todos os outros assuntos, só a destruição do sistema de exploração em que o povo vive pode resolver de raiz o assunto.

20. ORÇAMENTO E FINANÇAS

Embora o governo "socialista" e todos os oportunistas falem muito em "poder local" e repitam em todos os quadrantes que "Portugal não é Lisboa" nem o "Terreiro do Paço" o certo é que eles não se esquecem de sugar com os impostos o povo em todo o país, e depois levar o dinheiro para Lisboa, para o Terreiro do Paço, donde segue frequentemente e directamente para a carteira deles, oportunistas. E embora recolham em todo o país o dinheiro dos impostos, "esquecem-se" de devolvê-lo, ao menos na proporção em que o colhem, para as autarquias donde proveio — para o "poder local" de que falam.

Significa isto que as receitas das autarquias locais são apenas as que as leis administrativas consignam — e são ridículas, comparadas com as receitas do Estado obtidas na mesma circunscrição territorial. Para receber, o funil da Fazenda é de boca larga; para devolver, é de bico estreito. Este é um dos processos pelos quais o Estado da classe dominante controla apertadamente os seus órgãos locais e mantém a estrutura reaccionária desses órgãos. Logo que os candidatos do povo quiserem realizar qualquer empreendimento de interesse popular, logo também depararão, se não com a repressão política, pelo menos com o cerco e estrangulamento económico — que é uma forma mais subtil e "democrática" de reprimir as veleidades dos ingénuos

Os candidatos do MRPP, caso sejam eleitos, procederão à revisão do sistema fiscal das autarquias, por forma a aliviar os encargos pesando directamente sobre o povo, ao mesmo tempo que, na base do plano de actividades a apresentar ao povo para aprovação, elaborarão o respectivo orçamento de receitas e despesas e encabeçarão a luta dos trabalhadores para exigir do Estado e do governo as dotações necessárias do cumprimento do plano aprovado.

Os candidatos do MRPP prestarão contas públicas ao povo dos dinheiros arrecadados e da forma como foram utilizados, pois que não desejam de maneira nenhuma ser confundidos com os partidos burgueses que malbaratam e desviam em proveito próprio os fundos das autarquias. Veja-se o caso, por exemplo, do P" C" P no Seixal, etc., etc.

21. DOS FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS

Os candidatos do MRPP apoiam as reivindicações

justas dos funcionários administrativos das autarquias e a sua luta pela organização sindical.

Os candidatos do MRPP denunciarão todos os compadrios e nepotismos de que tenham conhecimento no preenchimento dos lugares de funcionários das autarquias.

Os candidatos do MRPP entendem que os funcionários administrativos, nas autarquias para onde venham eventualmente a ser eleitos, devem servir o povo com a máxima solicitude e correcção e não tolerarão qualquer desvio nesta matéria.

Os candidatos do MRPP entendem que deve ser denunciado e expulso das autarquias todo e qualquer elemento corrupto, traidor ao povo e opressor do povo.

22. ACERCA DAS POLÍCIAS MUNICIPAIS

Em certos concelhos constituiu-se por vezes uma polícia municipal sob a direcção directa do presidente da câmara e do município. Assim como nas freguesias existem frequentemente agentes policiais deste tipo, conhecidos pela designação de cabos-de-ordem.

Os candidatos do MRPP entendem que estas polícias devem ser desmanteladas e os seus agentes licenciados e enviados para o trabalho produtivo.

Os candidatos do MRPP defendem que o próprio povo se deve organizar para, rotativamente, desempenhar e realizar as necessárias missões de vigilância e controlo populares, nomeadamente quanto à fiscalização de mercados, dos abastecimentos, dos preços, do controlo dos elementos desclassificados e na detenção dos prevaricadores e criminosos. Todos os trabalhadores, homens e mulheres, podem e devem desempenhar esta tarefa, que não lhes exigirá mais do que um dia por mês ou por quinzena.

Tal é o programa de acção da nossa candidatura; o programa concreto do seu mandato popular; e, com efeito, o programa que corporiza o vosso voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular.**

5. O VOTO

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) estimariam deixar bem claro, junto do povo trabalhador a quem se dirigem, que o seu mandato popular contém uma razão de luta, é animado por princípios de luta, norteia-se por uma política de luta e exprime-se num programa concreto de luta. No fundo, ele contém uma só promessa, um único compromisso: uma promessa de luta, um compromisso de lutar

Sem luta dura, sem um partido revolucionário que esteja à frente dessa luta, o povo nada terá. É na luta persistente, tenaz, obstinada, contra os seus inimigos que o povo trabalhador forja a sua unidade de aço, eleva a sua consciência, robustece a sua firme decisão de vencer e obtém efectivamente a vitória.

Enganam o povo todos os politicastos sem escrúpulos, todos os charlatães e sacripantas da política que vos prometerem a vitória sem batalha, a felicidade sem luta, o fim da exploração do homem pelo homem sem combate. Os que o fazem, são os que pretendem adormecer os trabalhadores e narcotizar a sua resistência, para poderem continuar a oprimi-los e a explorá-los cada vez mais. São os patrões, os velhos e novos patrões monopolistas e latifundiários, e os lacaios de uns e de outros, os oportunistas de todos os matizes.

O povo conhece-os bem de sete governos provisórios; ou, pelo menos, começa a conhecê-los bem, ao fim de sete governos provisórios e de muitos governos fascistas. Ao fim de muita demagogia, de muitas promessas não cumpridas.

A classe operária e todo o povo trabalhador devem imbuir-se duma determinação férrea e ousar transformar o sufrágio de 12 de Dezembro — que uns quantos querem "apolítico" — numa demonstração política da sua vontade de emancipação.

A vontade do seu voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular.**

VOTA MRPP

O VOTO DO POVO NOS CANDIDATOS DO POVO E NO MANDATO POPULAR